

A PESCA ARTESANAL E OS RISCOS DERIVADOS POR TRANSPORTE DE ÓLEO NO MUNICÍPIO DE MADRE DE DEUS - BA

Matheus Barroso da Veiga¹, Catherine Prost²

Introdução e justificativa

A Baía de Todos os Santos tornou-se cenário de exploração de petróleo a partir de 1950. O fundo da Baía foi perfurado para permitir a extração de óleo. A abundância da matéria prima, associada a seu caráter ponderoso, incentivou a implantação de duas refinarias, sendo uma em São Francisco do Conde e outra em Candeias, agregando valor ao produto de base. O complexo petroquímico de Camaçari, cujas atividades foram iniciadas em 1978, obedece a uma estratégia de industrialização por pólo de desenvolvimento, concretizada durante o regime militar e cujos anunciados efeitos multiplicadores se revelaram aquém do planejado (Perroux, 1955). Embora na Baía de Todos os Santos (BTS) a atividade de extração tem sido praticamente esgotada, ainda subsiste a exploração de alguns poços. As atividades petrolíferas representam um peso significativo em termos de emprego e de *royalties* transferidos aos municípios que abrigam as atividades da Petrobrás, mas também em termos de impactos ambientais causados por derramamentos de óleo. Estes impactos devem ser avaliados, levando em conta as conseqüências acarretadas sobre os diferentes grupos sociais presentes nas áreas afetadas. Em caso de derramamento, as populações que têm um contato com a água são mais vulneráveis aos efeitos negativos de um acidente. Para completar o estudo, as condições de moradia devem portanto ser analisadas de forma a identificar o grau de vulnerabilidade das populações potencialmente atingidas. Além disso, entre os diversos segmentos sociais na população, destaca-se o ligado à atividade pesqueira, incluindo esta a mariscagem. Evidenciam-se os impactos negativos sobre a pesca que um derramamento pode ocasionar. Os grupos sociais que vivem parcial ou totalmente da atividade pesqueira foram por várias vezes prejudicados por vazamentos e derramamentos de petróleo na BTS, caracterizado na classificação de Egler de risco

¹ Estudante de graduação em geografia da UFBA.

² Professora do departamento e do mestrado em geografia da UFBA.

tecnológico³(1996). O ecossistema de manguezal predomina como unidade de paisagem na interface continente e ambiente marinho da área de estudo. Sua existência é fundamental na vida dos pescadores em virtude dos múltiplos serviços ambientais por ele exercidos, assim como pelo que representa enquanto fonte de alimentos e espaço de trabalho onde se constroem as relações sociais e as inter-relações das comunidades (Barros, 2000).

Hoje em dia, a exploração sub-marinha de petróleo na Baía cessou. O esgotamento das reservas obrigou o encerramento das atividades de extração nos anos 1990. A refinaria prossegue contudo suas atividades e os riscos continuam e envolvem a esfera da circulação, ou seja o transporte de óleo e derivados. Em que pese os riscos, torna-se imperativo informar as potenciais vítimas de acidente no transporte de petróleo sobre as medidas a serem seguidas em vistas a amenizar as conseqüências negativas.

De fato, o ecossistema de manguezal, embora resiliente, apresenta uma alta sensibilidade aos desastres petrolíferos (NOERNBERG, LANA, 2002), o que acarreta prejuízos para as populações que dele dependem para seu sustento.

A topografia da costa tem papel decisivo no impacto residual do derramamento. Assim, em ecossistemas com baixa energia como pântanos, lagoas, estuários, baías e manguezais (alto teor de matéria orgânica e freqüentemente com substratos anaeróbicos), as próprias condições fisiográficas agem precipitando os hidrocarbonetos, favorecendo o impacto sobre a biota nativa de modo mais duradouro, podendo persistir no ambiente por décadas (PESO-AGUIAR, 1995).

Metodologia

A metodologia envolveu, além do levantamento bibliográfico e documental, a coleta de dados primários sobre os aspectos ambientais e sócio-econômicos da área de estudo de modo a se ter um diagnóstico preciso sobre o perfil das populações no que tange a sua presença na área, suas relações com os ambientes aquáticos e terrestres envolventes, e possíveis danos a que estão sujeitos devido a poluição gerada por elementos petroquímicos, oriundos dos pólos existentes de Madre de Deus e dos transportes desses elementos por diferentes categorias de embarcações, que se

³ Egler (1996) distingue os riscos naturais, associado ao comportamento dinâmico dos sistemas naturais, o risco tecnológico e o risco social, referente às carências sociais que proporcionam condições de vida insalubres.

dispersam através das correntes fluviais e marítimas que penetram os mananciais envolventes. Assim, 106 questionários foram aplicados em diversos bairros da cidade, com uma concentração de pescadores e marisqueiros entre os moradores, complementando a base de análise.

Resultados e discussão

O município de Madre de Deus contava, segundo o Censo de 2000, uma população de 12.036 pessoas, principalmente concentradas em zona urbana com 11.599 habitantes, alcançando assim uma taxa de urbanização de 96,37%, próxima da taxa de 98,42% de Salvador. Essa alta taxa testemunha o grau de inserção de Madre de Deus na Região Metropolitana de Salvador e os efeitos da indústria petrolífera na geografia da população. O Plano Diretor de Limpeza Urbana (PDLU) Candeias, Madre de Deus e São Francisco do Conde, elaborado pela CONDER (1994), tendo como referência básica os períodos imediatamente anterior e posterior à implantação da indústria petrolífera, caracteriza o modelo de ocupação espacial como mononucleado e relativamente denso, e havendo pouca disponibilidade de solo urbanizável, condicionando a possível expansão da cidade,

“o que poderá acirrar ainda mais os conflitos de uso nas proximidades das áreas ocupadas pelas instalações da Petrobrás e áreas urbanas residenciais [...] pode-se atribuir as altas densidades ao estrangulamento da malha urbana causado pelo grande estoque de terras da Petrobrás, como reserva de futuras ampliações do Temadre” (CONDER, 1994).

O Temadre é um terminal marítimo construído pela Petrobrás em 1956 para atender as necessidades de escoamento e estocagem da indústria. No tocante aos transportes, o sistema viário, segundo relatório da CONDER (1994), é péssimo, embora a ocupação ocorra em áreas planas.

A baixa quantidade de serviços no município leva o mesmo a ser caracterizado como uma cidade dormitório, apesar de sua inserção no contexto metropolitano (CONDER, 1994). Encontram-se problemas do ponto de vista da moradia. A ausência do poder público como “agente construtor” de habitações com uma única tipologia é uma das causas do crescimento espontâneo e acelerado de setores habitacionais de baixo

padrão construtivo, em terrenos invadidos ou não (CONDER, 1994). Essas constatações demonstram um panorama sócio-espacial no qual se insere o grupo foco desse estudo.

A tendência observada na década de 1990 e registrada no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil mostra uma redução, no município, do número de indigentes de 21,8% em 1991 a 15,1% em 2000 e de pobres de 50,24 a 42,97 %. Esses números são apenas superados na região metropolitana por Salvador⁴, com 13,45% indigentes e 30,7% pobres em 2000. Outros indicadores de desenvolvimento humano confirmam nítidos avanços tais como o aumento da esperança de vida ao nascer de quase 6 anos em uma década, a redução de até 26 por mil da mortalidade infantil com 34,32 por mil em 2000 ou ainda a redução de mortes de crianças pequenas e o aumento da longevidade (ver Tabela 1).

Tabela 1: Indicadores de longevidade e mortalidade – 1991 e 2000

Município	Esperança de vida ao nascer	Esperança de vida ao nascer	Mortalidade até um ano de idade	Mortalidade até um ano de idade	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Camaçari (BA)	60,18	67,45	67,67	34,32	63,4	75,8
Candeias (BA)	58,49	66,06	76,28	38,73	60,36	73,43
Dias d'Ávila (BA)	60,47	67,93	66,26	32,83	63,92	76,63
Itaparica (BA)	61,06	66,34	63,42	37,84	65	74,39
Lauro de Freitas (BA)	61,51	66,62	61,34	36,91	65,8	74,39
Madre de Deus (BA)	61,76	67,45	60,16	34,32	66,26	75,8
Salvador (BA)	65,73	69,64	46,38	36,35	72,11	79,43
São Francisco do Conde (BA)	60,59	66,34	65,69	37,84	64,14	74,39
Simões Filho (BA)	63,13	66,62	54,1	36,91	68,73	74,39
Vera Cruz (BA)	61,27	66,34	62,45	37,84	65,37	74,39

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Todavia, esses números devem ser analisados à luz do contexto local. Embora os indicadores sociais acima mencionados podem parecer satisfatórios (comparando com os municípios da Região Metropolitana de Salvador – RMS), o município abriga importantes atividades do setor petrolífero e recebe em consequência benefícios

⁴ A capital contava com 13,45% indigentes e 30,7% pobres em 2000.

econômicos com um mercado de trabalho que contrata uma mão de obra durante o ano inteiro assim como uma importante receita fiscal através dos *royalties* que a Petrobrás e suas filiais pagam mensalmente à prefeitura. Todavia, a população no seu conjunto não se beneficia à altura dos lucros das empresas petrolíferas e do município. A sede municipal é desfigurada pelos oleodutos que são visíveis na paisagem desde Candeias para quem chega de carro a partir da rodovia federal. O salário médio mensal do município de Madre de Deus é de R\$ 517,29, o que denota um desequilíbrio que lhe é desfavorável à luz do indicador para toda a microrregião de Salvador (R\$ 834,52). Na análise da comunidade pesqueira da localidade, apresenta-se um agravante quando se pensa em renda mensal familiar uma vez que 70,1% dos pescadores ou marisqueiras entrevistados têm 3 ou mais componentes na família, morando na mesma casa, sendo que 13,1% têm 7 ou mais componentes familiares. Esse levantamento torna-se importante para relativizar os dados anteriormente apresentados através da pesquisa junto ao Atlas de desenvolvimento do Brasil (ver Tabela 2).

Tabela 2: Número de pessoas por família, vivendo no mesmo domicílio

Número de pessoas na família	Frequência	Percentual
1 a 2 pessoas	24	22,4 %
3 a 6 pessoas	61	57,0 %
7 ou mais pessoas	14	13,1 %
Sem informação	8	7,5 %
Total	107	100,0 %

Fonte: dados de campo, 2007

Nas firmas petrolíferas, oferecem-se muitos empregos pouco qualificados e de caráter penoso, além da indústria, o setor de serviços - conforme os dados acima citados da CONDER - não são também muito significativos. Entre os trabalhos apontados pelos pescadores como meio de subsistência alternativos à pesca ou ainda complemento a essa atividade, são comuns os de encanadores, cozinheiros, diaristas, vigilantes, manicuras, motoristas, soldadores e biscates em geral na construção civil, termo genérico para nomear serviços temporários geralmente na construção civil como pinturas, acabamentos, ou “bater uma laje”, por exemplo.

Essa humilde inserção em mundo influenciado pela dinâmica da globalização deve ser analisada também à luz do passado do lugar, uma cidade que abrigava muitos extrativistas na pesca e mariscagem. Hoje em dia, a exclusividade de dedicação a essas

atividades é rara em Madre de Deus. As oportunidades de emprego na indústria constituem sem dúvida uma parte da explicação. Porém, apesar do incremento que a instalação da indústria na localidade representa, a qualificação dos atores locais para absorção da mão-de-obra se limita ao destino de vagas de baixa qualificação. As populações locais são integradas na dinâmica global através do emprego de sua força de trabalho na indústria petrolífera, mas são integradas niveladas por baixo, para executar as tarefas mais árduas e braçais, pouco remuneradas e de alta precariedade social por causa da instabilidade do emprego.

Além dessas condições sociais desfavoráveis, os vazamentos de óleo e derivados na Baía de Todos os Santos às proximidades das áreas de pesca também representaram e continuam representando um ônus caro para os extrativistas em que pese o escasseamento de várias espécies comerciais. Nos últimos anos, os vazamentos aconteceram com menor frequência, mas os acidentes com óleo e derivados ocorridos desde o início das atividades da Petrobrás nessa região da Baía de Todos os Santos degradaram o ecossistema local, o que se repercute sobre o esforço de pesca e mariscagem em razão de conseqüências como escasseamento de certas espécies e redução do tamanho dos indivíduos.

A pesca artesanal exercida em Madre de Deus possui traços comuns ao que é observado nos municípios que margeiam a Baía de Todos os Santos (BTS), ou seja um sistema de pesca que segue as seguintes características: embarcações de pequeno porte (ver tabela 3) e com equipamento de baixa tecnologia, diversidade das artes de pesca praticadas (ver gráficos 1 e 2), diversidade das espécies capturadas.

Tabela 3: Tipo de embarcação

Tipo de embarcação	Frequência	Percentual
Barco com motor	28	26,4
Canoa de remo	51	48,1
Sem informação	27	25,5
Total	106	100,0

Fonte: Dados de campo, 2007.

Segundo Dona Maria, a presidente da Colônia dos Pescadores de Madre de Deus, as embarcações se dividem entre as canoas tradicionais, de madeira e movidas a remo, as canoas de fibra de vidro, já equipadas com motor, e os barcos de fibra de vidro, também motorizados. Os três medem entre 6 e 10 metros de comprimento, sendo os

barcos mais largos do que as canoas. Os barcos de fibra, por serem mais largos e seguros, permitem que os pescadores se deslocam mais longe, todavia dentro do perímetro da BTS e não em alto mar, por questão de segurança. Isso implica em territorialidades restritas ao âmbito da baía uma vez que elas são vinculadas em parte ao tipo de embarcação (CARDOSO, 2001), o que significa alternativas limitadas de pesqueiros em caso de derramamento. Canoas e barcos de fibra foram adquiridos em nível individual através de um empréstimo do Banco do Nordeste, após inscrição dos candidatos a uma cooperativa de pescadores, sediada no município vizinho de São Francisco do Conde. Deve-se notar também que 15,9% dos entrevistados vão a pé até o local da pesca porque não possuem barco e em razão da proximidade dos pesqueiros (ver Tabela 4).

Tabela 4: Meio de transporte até o local de captura

Embarcação	Frequência	Percentual
alugada	1	0,9
emprestada	19	17,8
da família	1	0,9
não pesca	1	0,9
de parceria	21	19,6
sem informação	46	43,0
vai a pé	17	15,9
Total	107	100,0

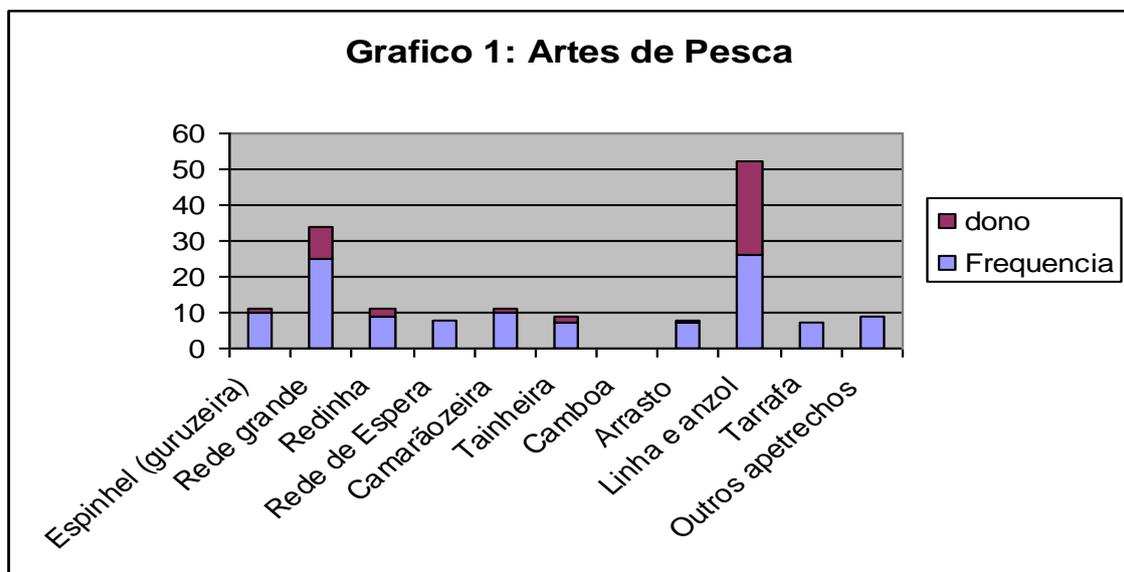
Fonte: dados de campo, 2007

Porém vale ressaltar a dificuldade imposta aos pescadores em se chegar aos manguezais devido às instalações industriais. As mesmas cercam a orla da cidade e obstruem a passagem das canoas na maré baixa, conforme afirma o líder comunitário do Cação Sr. Zé Túnel. O líder mencionou em entrevista as antigas torres de extração de petróleo abandonadas na baía, que causam transtornos e prejuízos aos pescadores. Cabe aqui uma investigação mais minuciosa, sendo esse um assunto delicado e que envolve uma situação conflituosa confirmando a tendência apontada pela CONDER no PDLU de Madre de Deus. Quando a atividade de extração foi praticamente findada na Baía de Todos os Santos (BTS), a Petrobras retirou em aparência todas as estruturas metálicas. Contudo, o que a empresa se limitou a perfazer foi tirar as partes emersas das estruturas, mantendo suas bases até o limite da baixamar. Em outras palavras, as torres

permanecem na BTS mas não são visíveis, facilitando as ocasiões em que as redes de pesca rasguem ao serem presas nelas e provocando insatisfação entre os pescadores. Finalmente, alguns dos pescadores com quem a equipe conversou construíram as suas. Contudo, esse tipo de fato se faz raro atualmente pela perda dessas habilidades e saberes técnicos, assim como no caso das redes e apetrechos. Se antes eles eram todos artesanais, hoje em dia, muitos são comprados e não fabricados pelos próprios pescadores com materiais geralmente de fácil aquisição. O reverso da moeda é que desenvolvem assim uma maior dependência econômica na medida em que se afastam de seus saberes.

Analisando o gráfico 1, pode-se notar uma prática de trabalho fundada na parceria, muito comum no universo da pesca: a remuneração não é fixa como na pesca industrial, mas se compartilha em base na captura. A pescaria é dividida entre os participantes em partes conhecidas como quinhões, sendo um destinado ao dono do apetrecho. Essa prática do quinhão também pode se dar na dependência da embarcação e pode-se verificar esse fato a partir da tabela 4 onde temos listados os sistemas de pescaria.

Gráfico 1: Diversidade das artes de pesca, com destaque sobre a propriedade dos apetrechos

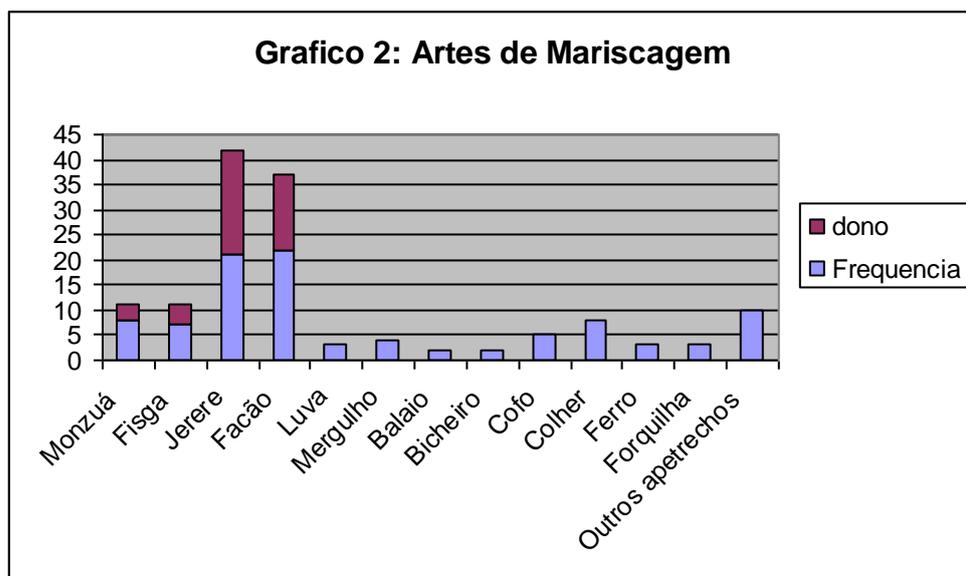


Fonte: dados de campo, 2007.

Para mariscar, há uma maior autonomia entre os marisqueiros no que diz respeito ao fato de se possuir o apetrecho na medida que muitas vezes são materiais

improvisados como facas e colheres para extração da ostra ou sururu por exemplo. Além disso, são materiais menores se comparados às grandes redes, e mais baratos, portanto. Pode-se verificar a distribuição das artes de mariscagem no seguinte gráfico.

Gráfico 2: Diversidade das artes de mariscagem exercidas, com destaque sobre a propriedade dos apetrechos



Fonte: dados de campo, 2007.

Há que se investigar a prática do mergulho tendo em vista que devido à preservação de algumas espécies como o mero, por exemplo, a pesca de mergulho é proibida pelo IBAMA. Um plano de manejo elaborado junto à comunidade pesqueira e com a participação da própria poderia ser uma solução muito mais prática. Ela envolveria muito trabalho coletivo mas no sentido de auxiliar no desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Os pescadores demonstram com muita desenvoltura as diversas artes praticadas na mariscagem na região, comuns também em outras localidades da BTS. Por exemplo, para a captura de peguari e samba, é necessário mergulhar várias vezes sucessivamente, exigindo muito esforço físico. Em compensação, esses mariscos são muito valorizados e os preços de venda chegam até R\$ 25,00 quando tratados (filé) ou R\$ 15-18,00 em média quando vendidos sem nenhum tipo de beneficiamento. As ostras e sururus podem ser extraídos com qualquer tipo de objeto pontiagudo como faca, colher, chave de fenda ou facão. Porém, somente um olhar polido por gerações e anos de prática – um terço dos entrevistados tem mais de 40 anos de experiência – tem a facilidade de identificá-los na

lama do mangue. O chumbinho cavado na maré baixa e outros mariscos como o siri e o caranguejo, diminuem e tendem a desaparecer das paisagens de manguezal devido às alterações ambientais referidas às atividades das indústrias petrolíferas. 3,77% dos profissionais apenas extraem caranguejo do mangue hoje.

Na pesca, o camarão, devido à sua grande valorização no mercado, é alvo de muitos pescadores, que usam para tal uma rede específica. O salário defeso, no período de desova dessa espécie, é assegurado aos pescadores por lei, cabendo à colônia o papel de intermediário entre o Estado e os beneficiados da lei. Ainda sobre a pesca do camarão, verificamos que 9,43 % dos pescadores extraem essa espécie, porém verificamos que a quantidade capturada varia de 0,5 kg a 80 kg, indicando uma divergência alta entre os potenciais de pesca entre os atores. A falta de pagamento do defeso ou a lentidão da burocracia incentiva a falta de respeito da proibição da captura do camarão durante o período de desova. A lógica da sobrevivência social prevalece sobre o risco de ser fiscalizado ao pescar em período de defeso. Em comparação, os marisqueiros já não podem contar com esse apoio pois toda lei de defeso implica na realização de um estudo biológico aprofundado. Ora, a diferença entre o camarão e diversos tipos de mariscos não reside necessariamente no preço, como ilustrado com o alto preço do samba por exemplo, mas sim na possibilidade da pesca do camarão ser praticada de modo industrial e representar, logo, interesses de atores mais influentes juntos aos órgãos de planejamento.

Além das dificuldades inerentes a um grupo social e politicamente marginalizado na defesa dos seus interesses, nas visitas de campo, foram observados problemas nas relações entre os pescadores e sua entidade de classe. Foram freqüentemente ouvidas queixas dos pescadores para com as práticas da colônia, seus procedimentos e sua fraca agilidade para o pagamento desse benefício e os demais benefícios trabalhistas. A colônia enquanto órgão representante de categoria trabalhista dos pescadores (as) e marisqueiros (as) não é isenta, portanto de queixas e críticas dos pescadores, cabe aqui também alguma ação para buscar soluções conjuntas.

Em seguida, a tabela indica as principais espécies capturadas segundo os resultados dos questionários.

Tabela 3: Principais espécies capturadas

Principais espécies capturadas	Percentual
---------------------------------------	-------------------

ostra	24,50%
chumbinho*	25,50%
siri	25,50%
tainha	17,92%
sururu	14,15%
sambá	13,21%
peguari	9,43%
vermelho	8,49%
carapeba	7,49%

* O chumbinho é também conhecido na localidade como bebe-fumo ou befum.

Fonte: Dados de campo.

Além dessas principais espécies capturadas, outras como mapé, sarnambi, caranguejo, cabeçudinho, robalo, massambê (sardinha da boca torta), xaréu, vermelho, arraia, também são espécies capturadas pelos pescadores de Madre de Deus, porém em menor escala que os acima listados por os motivos diversos. Poderiam ser causas desse fato o processo de extinção de algumas espécies desencadeado pelos problemas citados pelos próprios pescadores como a poluição da indústria petroleira ou a pesca predatória. Para uma observação mais precisa, seria necessária uma investigação mais detalhada. Não ocorre a pesca da petitinga e do xangó, apesar dessas espécies serem capturadas na Baía do Iguape, por exemplo, conforme outra pesquisa realizada pelo nosso grupo, assim como não vimos a pesca com a camboa (ver gráfico 1), uma espécie de armadilha construída com varas de mangue onde se desenvolvem ostras e na maré baixa peixes ficam presos aguardando sua extração. Essas variações indicam a variedade de condições geográficas dentro da BTS e as diversas interações do homem com o meio natural.

Pode-se observar o uso de diferentes artes de pesca tradicional que, de maneira dialética, opõe-se às pressões econômicas estruturais que obrigam os pescadores(as) e marisqueiras(os) a atender necessidades de consumo e do mercado. As mesmas são impostas por uma vasta rede expressa em diversos níveis, desde o atravessador local aos grandes varejistas, revertendo-se em baixos preços pagos aos extrativistas. Somadas aos demais problemas existentes na localidade, essas pressões tornam a pesca um meio de subsistência cada vez mais duro. A dificuldade pode ser constatada pelas respostas dos pescadores entrevistados durante a pesquisa de campo. Por exemplo, a maioria dos pescadores (68,9%) não deseja para os filhos a mesma profissão ou ainda 42,4% pescam

somente para consumo e afirmam ser essa prática uma alternativa ao desemprego, quando ela se torna a única forma de alimentar a família.

O principal fator de estrangulamento da pesca tradicional inserido no contexto local é a presença da indústria petroleira no município metropolitano que tem um dos maiores arrecadamentos de impostos no estado da Bahia. A presença da Petrobrás, por outro lado, é causadora de grandes impactos e de conseqüentes mudanças nas artes de pesca.

A extração e refino do petróleo em larga escala, no Recôncavo Baiano, tem contribuído para o crescimento do complexo industrial petroquímico, cujo parque já é considerado como o segundo maior do país. Vazamentos de óleo nas plataformas de perfuração e extração, liberação de água do mar utilizada como lastro de tanques de navios petroleiros, efluentes, derramamentos operacionais e acidentais e no transporte de óleo, têm imposto à Baía de Todos os Santos uma adição constante de compostos do petróleo em suas águas, causando na maioria das vezes a morte da flora e da fauna marinha por contaminação aguda em diversas áreas do Recôncavo. (PESO-AGUIAR, 1995, p. 4).

A autora supracitada complementa ainda que, para constatação de altos índices de contaminação nas áreas de São Francisco do Conde e Madre de Deus, foram utilizadas por Tavares et al. (1988) várias espécies de moluscos comestíveis para documentar a distribuição geográfica dos hidrocarbonetos do petróleo cru, dos resultantes de sua combustão (policíclicos aromáticos), além dos organoclorados provenientes das atividades agrícolas exercidas no entorno da Baía (PESO-AGUIAR, 1995). Vale ressaltar que as mesmas espécies que alimentam as famílias das comunidades pesqueiras na BTS são também comercializadas.

Ainda sobre isso destacamos que 37,4% dos pescadores já sofreram algum tipo de acidente com petróleo. Esse número é mais expressivo ainda quando se junta ao fato de que, apesar do histórico de vazamentos na região, 54,7% não sabem a quem recorrer quando há acidentes do tipo ou não responderam a essa pergunta. A cidade é cercada por tubulações e dutos em sua bela orla marítima no início da Baía de Todos os Santos, utilizados para o transporte de gás e petróleo. Segundo os próprios pescadores, além de privar a vista dos moradores, os vazamentos são constantes e promovem contaminação em diversos pontos da Baía nas proximidades da cidade, afetando em muito a pesca e demais atividades a ela relacionadas. Uma situação conflituosa apontada pelos pescadores encontra-se na ineficiência, demora ou má vontade, para com o pagamento

de indenizações (7,5% assim afirmaram no questionário) por acidentes e danos causados aos apetrechos e barcos por tubulações e obras já obsoletas da Petrobrás deixadas no mar. Finalmente, a comunidade pesqueira se queixa da impossibilidade de livre trânsito no mangue, o que vai contra sua definição enquanto espaço público conforme a legislação brasileira que assim o garante numa faixa litorânea de 200 metros a partir da linha da preamar⁵. Seria interessante que os pontos onde existem esses conflitos e queixas fossem ser marcados em GPS para fins de mapeamento dessas áreas. Através dos relatos dos pescadores e dirigentes sociais, aprende-se que as empresas ligadas ao petróleo nunca pagaram uma indenização em dinheiro, equivalente a um salário-defeso, em nome da interdição de pesca por contaminação da água. O que foi aberto várias vezes foram frentes de trabalho para ajudar na contenção da mancha de óleo. Observa-se que a remuneração recebida não era compartilhada por todos, mas apenas quem era contratado, e correspondia a um trabalho e não indenização como se poderia esperar.

Em entrevista com Dona Maria, presidente da Colônia de Madre de Deus há 3 anos, nem existiu frente de trabalho para a contenção de derramamento. Essa frente foi aberta uma vez para outro tipo de problema, ou seja, a empresa não indeniza, nem compensa de nenhuma forma os pescadores e marisqueiras pelos danos aos quais foram submetidos. Segundo D^a Maria, o último derramamento (vazamento de grande proporção) ocorrido na área data de 2002, quando a comunidade ficou impossibilitada de trabalhar na pesca e na mariscagem durante mais de um mês. Ao responder sobre as formas de organização da categoria frente a esses problemas, a presidente informou que o Ministério Público Federal é acionado. Todavia, a morosidade da justiça é tanta que uma ação iniciada em 1992 contra a Petrobras conseguiu dar frutos com a exigência de indenização... em 2004, ou seja, 12 anos depois. Isso mostra a natureza das relações que a empresa de petróleo alimenta para com a comunidade local, resistindo ao máximo em reverter à mesma compensações financeiras diante das questões ambientais que se colocam. Sem surpresa, a empresa não informa a população quando acidentes ocorrem, dificultando mais ainda sua organização desta para a defesa de seus interesses. A Petrobras declara estar fazendo um trabalho de comunicação e diálogo com a comunidade local de pescadores, mas essa declaração foi refutada em entrevista com D^a Maria. A presidente da Colônia explicou que a firma está desenvolvendo o projeto chamado Repescar desde junho de 2008, consistindo em um trabalho de pesquisa sobre

⁵ Maré alta.

a pesca. Para tal, entrevista regularmente pescadores sobre as capturas realizadas, oferece algumas palestras e está elaborando um projeto de cultivo de ostras. Durante a entrevista, notou-se uma certa carência na união dos pescadores na sua luta, uma vez que os de Madre de Deus apenas se associaram aos do bairro de Suape e Cação, contrastando com o número de municípios também afetados por acidentes com óleo e derivados, tal como São Francisco do Conde por exemplo. Finalmente, a Colônia está envolvida nas reuniões do Movimento estadual da pesca mas observou-se uma certa passividade da mesma frente à militância uma vez que se espera muito que o Movimento traga algo positivo para Madre de Deus, em vez de elaborar e desenvolver estratégias de consolidação da atividade pesqueiras, como acontece em outras localidades.

Conclusão

O quadro presente em Madre de Deus é de uma atividade tradicional de pesca declinante em razão dos conseqüentes e repetidos impactos da indústria petrolífera sobre o meio ambiente. Assim sendo, os pescadores(as) e marisqueiros(as) estão perdendo uma fonte de proteínas para a dieta familiar, uma fonte de renda para o orçamento familiar e uma profissão, cujos conhecimentos e competências requeridos foram adquiridos ao longo de numerosos anos de convivência com o meio ambiente e de práticas coletivas de pesca e mariscagem. Essas perdas não são compensadas por empregos fixos, obrigando a população a continuar exercendo várias atividades em função das oportunidades que surgem. À pluralidade de apetrechos e técnicas de pesca observadas anteriormente, se acrescenta uma pluralidade de atividades profissionais, em uma nova prova de precariedade social e de estratégias de sobrevivência criadas em resposta. São populações que sofreram dos efeitos de vazamento de óleo e derivados, mas que não foram indenizadas corretamente. As organizações sociais, colônia de pescadores ou associação, se revelam desamparadas por falta de informação e de mobilização coletiva para conquistar reparações dos danos provocados pela indústria do petróleo. Assim sendo, a equipe de pesquisa está planejando uma oficina para refletir sobre esse conflito ambiental, expondo outros casos de comunidades impactadas por petróleo e suas estratégias de luta, assim como para propor uma assessoria na elaboração de projetos para a promoção da pesca. Dessa forma, espera-se mostrar que a união e a iniciativa dos pescadores e marisqueiras é fundamental para mudar o quadro desfavorável contra eles.

Bibliografia

BARROS, H.M., ESKINAZI-LEÇA, E., MACEDO, S.J., LIMA, T. *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2000.

CARDOSO, E.S. *Geografia e pesca : aportes para um modelo de gestão*. In: Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n.14,2001.

CONDER, *Plano Diretor de Limpeza Urbana PDLU Candeias, Madre de Deus e São Francisco do Conde* CONDER/SEPLANTEC/BIRD, 1994.

EGLER, C. A. G. 1996. “Risco Ambiental como critério de Gestão do Território: uma aplicação à Zona Costeira Brasileira”. In: *Território*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 1, p. 31-41.

LEFF, E. *Saber ambiental*. Petrópolis : Vozes. 1998.

NOERNBERG, M. A., LANA, P. C. A sensibilidade de manguezais e marismas a impactos por óleo: fato ou mito? Uma ferramenta para a avaliação da vulnerabilidade de sistemas costeiros a derrames de óleo. In: *Geografares*, Vitória, n. 3, jun.2002.

PERROUX, F. “Note sur la notion de pole de croissance”. In: *Economique Appliquée*, 1-2. 1955.

PESO-AGUIAR, M. C. *Macoma constricta (Brugniere, 1792) (Bivalvia-Telhinidae) como biomonitor da presença crônica do petróleo na Baía de Todos os Santos (BA)* São Carlos, UFSCAR, 1995.